

# **Irecê H1 Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Irecê H1 Participações S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irecê H1 Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Irecê H1 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2026

*Deloitte Touche Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE

*Matheus M. Maia*

Matheus Mezer Maia  
Contador  
CRC nº 1 CE 027557/O-4

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	644	17.227	17.107	109.319
Impostos a recuperar		259	-	446	-
Despesas antecipadas		17	13	1.147	526
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>920</b>	<b>17.240</b>	<b>18.700</b>	<b>109.845</b>
<b>Não Circulante</b>					
Investimentos em controladas	4	79.020	64.133	-	-
Imobilizado	5	6	6	468.827	299.800
Intangível	6	-	-	14.112	16.360
Direito de uso	7	-	-	2.245	3.536
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>79.026</b>	<b>64.139</b>	<b>485.184</b>	<b>319.696</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>79.946</b>	<b>81.379</b>	<b>503.884</b>	<b>429.541</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	8	-	12	23.479	37.693
Obrigações tributárias	9	-	62	924	2.619
Obrigações sociais e previdenciárias	10	154	62	281	62
Arrendamentos a pagar	11	-	-	176	12
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	34.285	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>154</b>	<b>136</b>	<b>59.145</b>	<b>40.386</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	361.469	303.565
Arrendamentos a pagar	11	-	-	3.478	4.347
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>364.947</b>	<b>307.912</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	13	23.533	21.529	23.533	21.529
Reserva de Capital	13	83.655	66.659	83.655	66.659
Prejuízos acumulados		(26.911)	(15.846)	(26.911)	(15.846)
Ajuste acumulado de conversão		(485)	8.901	(485)	8.901
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>	<b>79.792</b>	<b>81.243</b>	<b>79.792</b>	<b>81.243</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>79.946</b>	<b>81.379</b>	<b>503.884</b>	<b>429.541</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	-	-	20.031	-
Custo da energia vendida	16	-	-	(25.740)	-
Prejuízo bruto		-	-	(5.709)	-
Despesas/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(2.685)	(1.918)	(3.852)	(3.863)
Equivalência patrimonial		(11.081)	(8.120)	-	-
Total das despesas operacionais		(13.766)	(10.038)	(3.852)	(3.863)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(13.766)	(10.038)	(9.561)	(3.863)
Resultado financeiro líquido	18	2.701	(345)	(17)	(5.959)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(11.065)	(10.383)	(9.578)	(9.822)
Imposto de renda e contribuição social	19	-	(377)	(1.487)	(938)
Prejuízo do exercício		(11.065)	(10.760)	(11.065)	(10.760)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações – R\$		0,0440	0,0641	0,0440	0,0641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(11.065)	(10.760)	(11.065)	(10.760)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:				
Outros resultados abrangentes				
Ajuste acumulado de conversão	(9.386)	8.901	(9.386)	8.901
Total	<u>(20.451)</u>	<u>(1.859)</u>	<u>(20.451)</u>	<u>(1.859)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)</u>	<u>13.670</u>	<u>-</u>	<u>1.585</u>	<u>-</u>	<u>(5.086)</u>	<u>10.169</u>
Capital social integralizado	7.859	66.659	(1.585)	-	-	72.933
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	8.901	-	8.901
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.760)	(10.760)
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>21.529</u>	<u>66.659</u>	<u>-</u>	<u>8.901</u>	<u>(15.846)</u>	<u>81.243</u>
Capital social integralizado	2.004	16.996	-	-	-	19.000
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(9.386)	-	(9.386)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.065)	(11.065)
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>23.533</u>	<u>83.655</u>	<u>-</u>	<u>(485)</u>	<u>(26.911)</u>	<u>79.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro		(11.065)	(10.760)	(11.065)	(10.760)
Ajustes no lucro para:					
Amortização	17	-	-	442	518
Depreciação	16	-	-	1.722	7
Equivalência patrimonial	4	11.081	8.120	-	-
Resultado financeiro	18	(2.701)	345	17	5.959
		(2.685)	(2.295)	(8.883)	(4.276)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Impostos a recuperar		(259)	-	(446)	-
Despesas antecipadas		(4)	(22)	(615)	(501)
		(263)	(22)	(1.061)	(501)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores		(12)	5	(14.214)	(129)
Obrigações sociais e previdenciárias.		92	(59)	219	(59)
Obrigações tributárias		(62)	81	(990)	2.495
		18	27	(14.985)	2.307
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(2.930)	(2.290)	(24.929)	(2.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(129)	(706)	(172)
Rendimento de aplicações financeiras recebidos, líquidos	18	850	1.164	3.455	2.855
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		(2.080)	(1.255)	(22.180)	213
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	20	-	(6)	(193.220)	(236.642)
Aportes de capital nas investidas	4	(33.505)	(51.129)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(33.505)	(51.135)	(193.220)	(236.642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Capital social integralizado	13	19.000	72.933	19.000	72.933
Pagamento de aquisição de projetos		-	(3.238)	-	(3.238)
Pagamento principal de arrendamento	11	-	-	(17)	(17)
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	-	109.305	289.765
Pagamento do custo na emissão de empréstimos	12	-	-	(6.636)	(13.066)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		19.000	69.695	121.652	346.377
Efeito dos ajustes acumulados de conversão sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		2	(88)	1.537	(769)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(16.583)	17.217	(92.211)	109.179
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	3	17.227	10	109.318	140
No fim do exercício	3	644	17.227	17.107	109.319
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(16.583)	17.217	(92.211)	109.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Irecê H1 Participações S.A (“Companhia” ou “H1”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, número 14171, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, constituída em 26 de novembro de 2021.

A H1 possui o controle direto das empresas denominadas Solar Irecê S.A. (“Irecê”) e Solar Irecê 3 S.A. (“Irecê 3”), em conjunto (“Parques Solares”). As empresas Irecê e Irecê 3 formam o Complexo Fotovoltaico Irecê, localizado no município de João Dourado, estado da Bahia, com potência instalada total de 160,65 MWp. O projeto iniciou sua construção no 2º semestre de 2024, e o início da operação comercial ocorreu em 9 de dezembro 2025. As controladas possuem autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para explorar as Usinas Fotovoltaicas – UFV, por trinta e cinco anos, contados a partir da celebração da outorga. Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada:

Controlada	Assinatura da outorga	Capacidade
Solar Irecê S.A.	3 de março de 2020	88,19MWp
Solar Irecê 3 S.A.	3 de março de 2020	72,46MWp

##### 1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional e concluiu que a Companhia possui recursos suficientes para manter suas operações e cumprir suas obrigações conforme os vencimentos contratados.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo, considerando os principais elementos de sua gestão de caixa abaixo descritos. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2025, encontrando-se, portanto, em fase inicial de operação de seu parque de geração de energia solar. Em decorrência desse estágio, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e margem bruta negativa, reflexo natural dos custos fixos operacionais ainda não diluídos pela plena capacidade de geração e comercialização de energia. A administração avalia que tais indicadores não comprometem a continuidade operacional da Companhia, uma vez que a estrutura de financiamento de longo prazo encontra-se adequada ao perfil do negócio e o incremento gradual da geração tende a normalizar os indicadores econômico-financeiros ao longo dos próximos exercícios. As demonstrações financeiras foram, portanto, elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A administração está ciente dessas condições e, com vistas a assegurar a continuidade operacional da Companhia, já adotou e planeja adotar as seguintes ações:

- Em 27 de janeiro de 2026, ocorreram liberações de recursos pelo BNDES no montante de R\$25.128, as quais contribuirão para a recomposição do capital de giro. Tais eventos estão descritos na Nota Explicativa nº 21 – Eventos subsequentes.

- Integralização de capital junto aos acionistas no montante de R\$4.000 realizado para 13 de abril de 2026.
- Pleitear a liberação do saldo remanescente de empréstimos e financiamentos no montante de R\$5.698 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Além disso, cabe ressaltar que, por sua natureza contábil, o capital circulante líquido não contempla as receitas operacionais futuras da Companhia, ao passo que os passivos circulantes já incluem parcela relevante de seus custos, representada pelas obrigações vincendas no exercício decorrentes do serviço de financiamento. Dessa forma, a análise isolada do capital circulante líquido não reflete adequadamente a capacidade de geração de caixa da Companhia, que iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2025 e passará a gerar receitas recorrentes a partir da comercialização de energia ao longo do ano de 2026.

A Administração entende que as medidas acima, em conjunto com as demais ações em curso, são suficientes para suportar a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível, não havendo, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, intenção ou necessidade de liquidação ou de cessação de suas operações.

## 2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que elas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 30 de abril de 2026.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o US\$ - Dólar americano, que reflete a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera.

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, como moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, apresentadas a seguir:

Companhia Investida	% Participação em			% Participação em		
	2025			2024		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Solar Irecê S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%
Solar Irecê 3 S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição e na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

#### 2.5. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce o poder em suas deliberações sociais e de eleger os seus administradores.

Os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida são apresentados como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, coligadas e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e controlada são eliminados.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

## 2.6. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

## 2.7. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

## 2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

### II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

#### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia e suas Controladas reconhecem provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas quando necessárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.9. Tributos

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo Lucro Presumido no exercício de 2024.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

## 2.10. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

## 2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

## 2.12. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### 2.13. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

##### a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

##### b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre

o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

#### 2.14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia e suas controladas estão representados por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas estão representados por fornecedores, arrendamentos a pagar e empréstimos e financiamentos.

#### 2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

#### 2.16. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

##### Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso das suas controladas foram depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa nº 2.14.

##### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa como taxa de juros 8,48% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 30 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

#### 2.17. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

#### 2.18. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.  A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente	66	68	14.246	173
Aplicações financeiras	578	17.159	2.861	109.146
Total	644	17.227	17.107	109.319

As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024).

## 4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A composição dos investimentos da Controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Descrição	Participação societária	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Solar Irecê S.A.	100%	33.879	25.202
Solar Irecê 3 S.A.	100%	31.029	22.571
Total entidades consolidadas		64.908	47.773
Mais valia alocada na aquisição		14.112	16.360
Total Investimentos		79.020	64.133

A movimentação do investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	64.133	13.617
Aporte de capital	33.505	51.129
Equivalência patrimonial	(11.081)	(8.120)
Ajuste acumulado de conversão	(7.537)	7.507
Saldo em 31 de dezembro	79.020	64.133

As informações financeiras a seguir representam os valores apresentados nas demonstrações financeiras da controlada:

31 de dezembro de 2025

Companhia	Patrimônio Líquido	% de participação	Dados das investidas		
			Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Solar Irecê S.A.	33.879	100%	268.210	234.331	(5.613)
Solar Irecê 3 S.A.	31.029	100%	221.142	190.113	(5.037)

31 de dezembro de 2024

Companhia	Patrimônio Líquido	% de participação	Dados das investidas		
			Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Solar Irecê S.A.	25.202	100%	211.349	186.147	(4.500)
Solar Irecê 3 S.A.	22.571	100%	184.914	162.343	(3.147)

## 5. IMOBILIZADO

As variações do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada na tabela abaixo:

	Ativos em construção	Consolidado			Total
		H1 Participações	UFV Solar Irecê	UFV Solar Irecê 3	
Taxa de depreciação anual (%)		20%	4,11%	4,01%	
Custo acumulado	1.424	-	48	-	1.472
Depreciação acumulada	-	-	(10)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.424	-	38	-	1.462
Adições	277.136	6	-	-	277.142
Depreciação	-	-	(7)	-	(7)
Ajuste acumulado de conversão	21.191	-	12	-	21.203
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.751	6	43	-	299.800
Custo acumulado	278.560	-	48	-	278.614
Depreciação acumulada	-	-	(17)	-	(17)
Ajuste acumulado de conversão	21.191	-	12	-	21.203
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.751	6	43	-	299.800
Adições	215.261	-	-	-	215.261
Reclassificação	(493.821)	-	269.449	224.372	-
Depreciação	-	-	(956)	(766)	(1.722)
Ajuste acumulado de conversão	(21.191)	-	(11.216)	(12.099)	(44.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	6	257.320	211.507	468.833
Custo acumulado	-	6	269.497	224.372	493.875
Depreciação acumulada	-	-	(973)	(766)	(1.739)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(11.204)	(12.099)	(23.303)

Todos os equipamentos de módulos, inversores e trackers adquiridos com recurso do financiamento do BNDES para a construção dos parques solares foram cedidos em garantia para o empréstimo assumido pela Companhia (vide nota explicativa nº 12). A Companhia não tem permissão para ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos nem para vendê-los para outra entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 a Administração efetuou uma avaliação dos indicativos de impairment para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36 Impairment of assets) e não identificou indícios de desvalorização.

## 6. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	16.360	13.214
Amortização (a)	(430)	(473)
Ajuste acumulado de conversão	(1.818)	3.619
Saldo em 31 de dezembro	14.112	16.360

- (a) Refere-se mais valia alocada na aquisição das controladas Solar Irecê S.A. e Solar Irecê 3 S.A., ("Parques Solares") adquiridas em agosto de 2021, e amortizado linearmente ao prazo remanescente de 33 anos e 7 meses da outorga de autorização emitida pelo Poder Concedente (ANEEL) na data de aquisição. As controladas eram titulares de outorga de autorização emitida pela ANEEL, licenças ambientais, e direitos de uso da área destinada à implantação dos parques. Todo o desenvolvimento a partir da aquisição ficou ao encargo da adquirente.

## 7. DIREITO DE USO

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica das suas Controladas. Trata-se de dois contratos celebrados por um período de 65 anos, iniciado em 2016. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na nota explicativa nº 11.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	3.536	2.103
Remensuração	(900)	788
Amortização	(11)	(49)
Ajuste acumulado de conversão	(380)	694
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.245</u>	<u>3.536</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e as suas Controladas não apuraram despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

## 8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	-	12	23.479	37.693
Total	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>23.479</u>	<u>37.693</u>

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

## 9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	-	-	44	-
COFINS a recolher	-	-	198	-
INSS retido a recolher	-	-	22	1.257
ISS retido a recolher	-	-	17	811
IRPJ a recolher	-	12	396	310
CSLL a recolher	-	50	226	198
IRRF retido a recolher	-	-	5	25
CSRF retido a recolher	-	-	16	18
Total	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>924</u>	<u>2.619</u>

## 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre salários	154	25	231	25
INSS a recolher	-	25	22	25
FGTS a recolher	-	6	6	6
Provisão de férias e encargos sobre férias	-	6	22	6
Total	<u>154</u>	<u>62</u>	<u>281</u>	<u>62</u>

## 11. ARRENDAMENTOS

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos das obrigações assumidas com dois contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica das suas Controladas, com prazo de duração de 65 anos iniciado em 2016.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa nº 2.14, com taxa de juros 8,48% a.a. com o prazo do vencimento dos contratos de aluguéis de 30 anos, iniciando em 2016.

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	4.359	3.171
Remensuração	(900)	788
Pagamentos	(17)	(17)
Juros	218	284
Variação cambial	475	(776)
Ajuste acumulado de conversão	(481)	909
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.654</u>	<u>4.359</u>

O cronograma de pagamento sobre o passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	80
2026	303	353
2027	303	297
2028	303	297
2029	303	297
2030	303	297
Após 2030	<u>15.399</u>	<u>15.307</u>
Total	<u>16.914</u>	<u>16.928</u>
Juros a apropriar	(13.260)	(12.569)
Passivo circulante	176	12
Passivo não circulante	3.478	4.347

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da companhia firmaram contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em julho de 2024, com o pagamento da primeira parcela em janeiro de 2026 e com vencimento em janeiro de 2046, no montante total de R\$418.500, atualizado por 2,28% a.a. mais a Taxa Fixa do BNDES – TFB, representando um financiamento de 240 meses. O recurso foi utilizado para implantação dos Parques Solares. Os desembolsos do BNDES ocorreram conforme detalhado abaixo:

<u>Tranches</u>	<u>Desembolso</u>	<u>Data</u>
1ª tranche	105.642	24/09/2024
2ª tranche	183.967	26/11/2024
3ª tranche	45.726	22/04/2025
4ª tranche	56.317	08/07/2025
5ª tranche	7.418	16/11/2025
Total	<u>399.070</u>	

O restante será desembolsado até 31 de dezembro de 2026, conforme cronograma de investimentos.

Os contratos de financiamento possuem cláusulas de garantias de proteção, para assegurar o pagamento de obrigações junto ao BNDES. Essas garantias envolvem os direitos creditórios, penhor de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e as ações de titularidade da Acionista.

Os contratos de financiamento estão sujeitos a cláusulas restritivas financeiras e não financeiras que são usuais em operações dessa natureza. Os “covenants” possuem periodicidades distintas de mensuração e a Administração os analisa conforme os termos previstos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração da Companhia a respeito das definições contidas no referido contrato, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com todas as cláusulas restritivas exigidas que podem requerer o seu vencimento antecipado. A movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição são apresentadas como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	303.565	-
Captações	109.305	289.765
Juros incorridos	23.947	3.187
Custos de transação a amortizar	(6.636)	(13.066)
Custos de transação amortizados	745	170
Ajuste acumulado de conversão	(35.172)	23.509
Saldo em 31 de dezembro	<u>395.754</u>	<u>303.565</u>
Passivo circulante	34.285	-
Passivo não circulante	361.469	303.565

O cronograma de amortização dos juros e do principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2025 é conforme detalhado abaixo:

	Consolidado		
	Principal	Juros	Total
2027	29.058	37.048	66.106
2028	28.662	36.910	65.572
2029	21.118	28.304	49.422
2030	27.374	38.352	65.726
2031	26.582	39.254	65.836
Após 2031	228.675	597.186	825.861
<b>Total</b>	<b>361.469</b>	<b>777.054</b>	<b>1.138.523</b>

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$25.798, sendo que o saldo integralizado é de R\$23.533, restando R\$2.265 a integralizar, divido em 125.641.042 ações ordinárias e 125.641.025 ações preferenciais (R\$21.529 integralizado em 31 de dezembro de 2024).

E o saldo de reserva de capital subscrito é de R\$102.872, sendo que em 31 de dezembro de 2025 o saldo integralizado é de R\$83.655, restando R\$19.217 a ser integralizado (R\$102.872 reserva de capital subscrito e R\$66.659 integralizado em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo a quantidade de ações detidas pelos acionistas da Companhia:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais
Refinaria de Mataripe S.A.	125.641.040	-
Illian Energias Renováveis S.A.	1	46.173.077
Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	1	79.467.948
	<b>125.641.042</b>	<b>125.641.025</b>

As Ações Preferenciais de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, sem prejuízo das disposições do Acordo de Acionistas: (i) Ausência de Direito de Voto. As Ações Preferenciais não conferirão aos seus titulares o direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia; (ii) Conversibilidade. As Ações Preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias somente nas hipóteses expressamente previstas no Acordo de Acionistas; (iii) Amortização e Resgate. As Ações Preferenciais serão passíveis de amortização e resgate mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia; (iv) Dividendos Preferenciais. As Ações Preferenciais conferirão o direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 20 (vinte) vezes os dividendos pagos a cada Ação Ordinária; (v) Ausência de Outros Dividendos. As Ações Preferenciais não conferirão ao seu titular direito ao recebimento de dividendos mínimos, fixos e/ou prioridade no recebimento de dividendos; (vi) Reembolso de Capital. As Ações Preferenciais conferirão aos seus titulares a prioridade, em relação às Ações Ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital (inclusive reservas de capital) em caso de liquidação da Companhia, observada a disposição do Acordo de Acionistas, sem prêmio, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A.

Movimentação do capital social

Ao longo de 2025, o acionista realizou as integralizações de capital no montante de R\$19.000, referente as subscrições realizadas em 2024.

Remuneração dos Administradores

A administração da Companhia é exercida por pessoal-chave que acumula funções equivalentes nas demais entidades integrantes do grupo econômico controlado pela Irecê H1 Participações S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total do pessoal-chave da administração, composta exclusivamente por benefícios de curto prazo, totalizou R\$1.044 (R\$842 em 31 de dezembro de 2024). Referido montante foi integralmente suportado pela Companhia, não havendo rateio formal de custos com as demais entidades do grupo. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações destinados ao pessoal-chave da administração.

AFAC - Adiantamento para Futuro aumento de Capital

Em 2024 não houve constituição de AFAC. A constituição de AFAC em 2023 (R\$1.585) foi totalmente integralizado no capital social da Companhia em 10 de maio de 2024.

Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação está apresentado abaixo:

	<u>Consolidado e controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(11.065)	(10.760)
Média ponderada de ações em circulação (em lote de mil ações)	251.282	167.812
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações	<u>(0,0440)</u>	<u>(0,0641)</u>

## 14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre as controladas da Companhia, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota.

## Transações com partes relacionadas

Durante o exercício, as controladas da Companhia realizaram as seguintes transações comerciais com partes relacionadas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Venda de energia fotovoltaica</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	17.729	-
Refinaria de Mataripe S.A. (a)	<u>17.729</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se à venda de energia solar fotovoltaica cujos preços e condições comerciais são estabelecidos por meio de Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement - PPA). Não há saldos de contar a receber em aberto em 31 de dezembro de 2025 referente a essas transações.

## 15. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2025	2024
Venda de energia fotovoltaica	20.792	-
(-) Dedução sobre venda de energia	(761)	-
<b>Total</b>	<b>20.031</b>	<b>-</b>

## 16. CUSTO DA ENERGIA VENDIDA

	Consolidado	
	2025	2024
Custo com energia comprada para revenda	(22.374)	-
Outros Serviços	(1.051)	-
Custo com pessoal	(593)	-
Depreciação	(1.722)	-
<b>Total</b>	<b>(25.740)</b>	<b>-</b>

## 17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	(1.991)	(1.401)	(1.990)	(1.401)
Serviços de terceiros	(521)	(393)	(727)	(1.126)
Viagens e estadias	(50)	(65)	(257)	(145)
Prêmios de seguro	(39)	(38)	(307)	(81)
Aluguéis e condomínios	(11)	(11)	(11)	(11)
Serviços contábeis	(28)	(5)	(28)	(5)
Serviços jurídicos	(45)	-	(45)	-
Impostos e taxas diversas	-	-	(34)	(313)
Indenização por perdas e danos (a)	-	-	-	(221)
Amortização	-	-	(442)	(517)
Depreciação	-	-	-	(5)
Outras despesas administrativas	-	(5)	(11)	(38)
<b>Total</b>	<b>(2.685)</b>	<b>(1.918)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(3.863)</b>

- (a) Trata-se de indenizações pagas aos proprietários dos terrenos onde passará a linha de transmissão para a construção das Centrais Geradoras Fotovoltaica de suas Controladas denominadas UFV Solar Irecê e Solar Irecê 3.

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Receitas aplicação financeira	850	1.164	3.455	2.950
	<u>850</u>	<u>1.164</u>	<u>3.455</u>	<u>2.950</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos não capitalizados	-	-	(2.527)	(1.702)
Custo de transação sobre empréstimo não capitalizados	-	-	(73)	(84)
Juros sobre passivo de arrendamentos	-	-	(218)	(280)
IOF sobre operações financeiras	(11)	(16)	(179)	(237)
Multa e juros	(5)	(92)	(78)	(210)
Tarifas bancárias	(5)	(6)	(17)	(27)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(108)
	<u>(21)</u>	<u>(114)</u>	<u>(3.092)</u>	<u>(2.648)</u>
Variação cambial líquida				
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	1.884	(1.891)	5.747	(9.748)
Variação cambial sobre fornecedores	(6)	-	(5.216)	2.075
Variação cambial sobre outros ativos e passivos monetários	(6)	496	(911)	1.412
	<u>1.872</u>	<u>(1.395)</u>	<u>(380)</u>	<u>(6.261)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.701</u>	<u>(345)</u>	<u>(17)</u>	<u>(5.959)</u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e reconhecidos com base no lucro tributável, aplicando-se as alíquotas previstas na legislação vigente — Lucro Real para a Controladora e Lucro Presumido para as controladas.

	Controladora (a)	Consolidado	
	2024	2025	2024
IRPJ corrente	(275)	(1.029)	(679)
CSLL corrente	(102)	(458)	(259)
	<u>(377)</u>	<u>(1.487)</u>	<u>(938)</u>
Receita bruta sujeita ao percentual	-	20.792	-
Receitas financeiras	1.164	2.605	2.759
Base de cálculo IRPJ - Alíquota de presunção 8%	-	1.660	-
Base de cálculo CSLL - Alíquota de presunção 12%	-	2.493	-
IRPJ devido	275	1.029	679
CSLL devido	102	458	259
Alíquota efetiva (IRPJ e CSLL)	32,39%	6,36%	34,00%

	<u>Controladora (a)</u> <u>2025</u>
IRPJ corrente	-
CSLL corrente	-
	<hr/>
	<hr/>
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(11.064)
Efeito fiscal da equivalência patrimonial	(11.081)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	17
Compensação de prejuízo fiscal 30%	5
Base de cálculo ajustada de IRPJ e CSLL	12
IRPJ devido	-
CSLL devido	-
Alíquota efetiva (IRPJ e CSLL)	0,00%

(a) No exercício de 2025, a controladora mudou seu regime de tributação, migrando do lucro presumido para lucro real.

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável, possui processos cíveis com probabilidade de perda possível de R\$1.367 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.349 em 31 de dezembro de 2024).

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE CAPITAL E GESTÃO DOS RISCOS

### Instrumentos financeiros

A Companhia e suas Controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia e suas Controladas aplicam CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Controladora					
Nota	31/12/2025 Valor Contábil	31/12/2024 Valor Contábil	Classificação	Nível	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	3	644	17.227	Valor justo por meio do resultado	2
		644	17.227		
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	-	12	Custo amortizado	-
		-	12		
Consolidado					
Nota	31/12/2025 Valor Contábil	31/12/2024 Valor Contábil	Classificação	Nível	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.107	109.319	Valor justo por meio do resultado	2
		17.107	109.319		
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	23.479	37.693	Custo amortizado	-
Arrendamento a pagar	11	3.654	4.359	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	12	395.754	303.565	Custo amortizado	-
		422.887	345.617		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas Controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de “Compliance” da Companhia e suas Controladas.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia e suas Controladas podem ser assim identificados:

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

ii) Risco regulatório

As suas Controladas estão sujeitas a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas Controladas de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

## iv) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e suas Controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

## v) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas Controladas de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas Controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia e suas Controladas monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

## 22. SEGUROS

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão abaixo apresentados:

31/12/2025			
Irecê H1 Participações	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
D&O - Administradores e Diretores	20.000	38	28/03/2025 até 28/03/2026
Solar Irecê	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Risco de engenharia	457.250	618	09/12/2025 até 09/06/2027
Risco operacional	20.000	7	09/12/2025 até 09/12/2026
Solar Irecê	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Risco de engenharia	457.250	503	09/12/2025 até 09/06/2027
Risco operacional	20.000	6	09/12/2025 até 09/12/2026

## 23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Controladora e Consolidado									
Movimentação não caixa									
Descrição	31/12/2024	Movimentação de caixa	Depreciação	Custo de transação	Juros incorridos	Custo de empréstimos capitalizados	Provisão a pagar	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025
Imobilizado	299.800	193.220	(1.722)	-	-	22.041	-	(44.506)	468.833
Empréstimos e financiamentos	317.708	109.305	-	-	23.947	-	-	(36.695)	414.265
Custo de transação de empréstimo	(14.143)	(6.636)	-	745	-	-	-	1.523	(18.511)

  

Controladora e Consolidado									
Movimentação não caixa									
Descrição	31/12/2023	Movimentação de caixa	Depreciação	Custo de transação	Juros incorridos	Custo de empréstimos capitalizados	Provisão a pagar	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2024
Imobilizado	1.462	236.642	(7)	-	-	1.571	38.929	21.203	299.800
Empréstimos e financiamentos	-	289.765	-	-	3.187	-	-	24.756	317.708
Custo de transação de empréstimo	-	(13.066)	-	170	-	-	-	(1.247)	(14.143)

#### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de janeiro de 2026, foi liberado o montante de R\$25.128 nas controladas Solar Irecê e Solar Irecê 3, referente a sexta tranche do financiamento junto ao BNDES, restando assim um montante de R\$5.698 a ser liberado conforme nota explicativa nº 12.

Em 13 de abril de 2026, os acionistas da controladora realizaram integralização de capital social na companhia, no montante de R\$4.000.

---